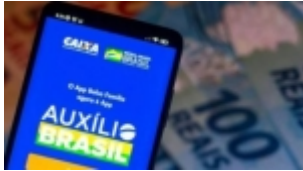


AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 600 DEPENDE DE PEC OU MP COM CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, DIZ RELATOR DO ORÇAMENTO DE 2023



Senador Marcelo Castro (MDB-PI) afirma que mudanças na lei serão necessárias para bancar o valor, já que o pagamento de R\$ 600 impacta o teto de gastos. Governo tem que enviar Orçamento ao Congresso até a próxima quarta-feira (31).

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse à GloboNews que a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 no ano que vem depende da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), para alterar mais uma vez o teto de gastos, ou então de uma medida provisória prevendo a abertura de crédito extraordinário -- ou seja, por fora do teto.

A ampliação do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, foi viabilizada pela PEC Eleitoral, que expandiu e criou benefícios sociais às vésperas das eleições, o que lei inicialmente não permitia. A mudança é válida apenas até dezembro de 2022, mas os principais candidatos à presidência prometem manter o valor ampliado no próximo ano.

É o caso do presidente Jair Bolsonaro (PL), de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de Simone Tebet (MDB). Ciro Gomes (PDT) sinaliza um auxílio ainda maior, de R\$ 1 mil, reunindo diversos benefícios. As promessas, porém, esbarram no teto de gastos, regra constitucional que limita o crescimento das despesas da União à inflação do ano anterior.

"Pode ser a aprovação de uma PEC, tirando esses R\$ 200 do teto, como nós tiramos agora este ano. Ou, então, uma alternativa é não fazer nada este ano e, a partir de janeiro, o presidente eleito, já empossado, baixa uma medida provisória, em caráter extraordinário, dando esse valor. Evidentemente que o Congresso jamais deixaria de aprovar um benefício tão grande, sobretudo na crise social que o Brasil está passando", afirmou Castro.

A princípio, sem os R\$ 600

O atual governo precisa enviar o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2023 ao Congresso até a próxima quarta-feira (31/08).

Um dos principais pontos de discussão é o Auxílio Brasil. Fontes do ministério da Economia afirmam que o texto deve prever, oficialmente, o valor de R\$ 400, mas que haverá um "compromisso" de manter o benefício em R\$ 600 no próximo ano.

Essa sinalização política, que atende aos interesses de Bolsonaro, deverá ser feita na mensagem que será enviada aos parlamentares juntamente com a peça orçamentária.

No fim de julho, o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, afirmou que essa diferença de R\$ 200 no Auxílio Brasil significaria um aumento de gastos obrigatórios entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões em 2023. E que, para encaixar esse montante dentro do teto, seria necessário cortar praticamente pela metade as chamadas despesas discricionárias, aquelas que não são obrigatórias e incluem os investimentos e o custeio da máquina pública.

PEC x medida provisória

Para aprovar uma PEC, o governo precisa do apoio de três quintos dos deputados e dos senadores, em dois turnos de votação em cada casa legislativa. Ou seja, é um texto que tem uma tramitação mais lenta e complicada. Mas o relator-geral do Orçamento não antevê tantos obstáculos: *"Quando há uma vontade política de se fazer, se faz."*

E o histórico do Congresso comprova o prognóstico do senador. Entre fevereiro e julho deste ano, foram promulgadas 11 PECs, o maior número de mudanças constitucionais dos últimos 30 anos, de acordo com o Palácio do Planalto.

Já a medida provisória entra em vigor assim que é editada, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em um prazo de 120 dias. Caso contrário, perde a validade. A tramitação mais simplificada, porém, esbarra em um outro entrave. A abertura de crédito extraordinário, isto é, fora do teto de gastos, só é permitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como no caso de uma calamidade pública.

O artifício foi muito utilizado durante a pandemia do novo coronavírus, mas poderia ser questionado no cenário atual, de maior normalização das condições sanitárias.

Futuro do teto de gastos

O relator-geral do Orçamento também afirmou que o novo governo eleito, seja ele qual for, terá de discutir com o Congresso o futuro do teto de gastos, que já passou por ao menos cinco grandes alterações desde 2019, perdendo parte da sua credibilidade.

"Na prática, nós já furamos o teto várias vezes, sob vários argumentos, várias justificativas. Minha convicção é de que, qualquer que seja o presidente eleito, essa questão do teto será uma questão fulcral, que nós vamos ter de discutir. Vamos manter o teto ou não vamos? Vamos manter para o quê e para o quê nós não vamos manter?", afirma Castro.

Nos planos de governo entregues ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula e Ciro propõem revogar o teto de gastos e construir um novo regime fiscal, com maior flexibilidade. Já a equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PL) aposta em um novo modelo de meta fiscal, ancorado na dívida pública.

Tebet, por sua vez, prevê um plano de despesas aliado a metas para a dívida pública e se diz favorável a um estado de emergência para fazer gastos fora do teto, com o objetivo de zerar a fila do SUS.

Foto: Divulgação

<http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/3354/auxilio-brasil-de-r-600-depnde-de-pec-ou-mp-com-credito-extraordinario-diz-relator-do-orcamento-d-e-2023> em 02/06/2026 16:58